

BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS: PREMISSAS, IMPACTOS E TENDÊNCIAS

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as principais premissas pelas quais os países estabelecem relações de integração e cooperação, sob os pontos de vista econômico, social e político, discutir os principais arranjos institucionais realizados para a obtenção de tais resultados e fazer uma análise comparativa entre eles. Para tanto, será realizado um levantamento dos principais modelos de integração e cooperação realizadas a partir do pós-Segunda Guerra Mundial até o momento atual, e, por outro lado, fazer um paralelo com o processo de globalização produtiva, comercial e financeira e analisar os impactos desencadeados sob o ponto de vista individual e coletivo e seus reflexos.

Palavras-chave: integração, cooperação, blocos regionais, globalização, financeirização.

ABSTRACT

This article aims to analyze the main premises by which countries establish integration and cooperation relations, from the economic, social and political point of view, to discuss the main institutional arrangements made to obtain such results and to make a comparative analysis between them. To do so, a survey of the main models of integration and cooperation carried out from the post-World War II period up to the present moment will be carried out and, on the other hand, a parallel with the process of productive, commercial and financial globalization and analyze the impacts triggered from the individual and collective point of view and their reflexes.

Keywords: integration, cooperation, regional blocs, globalization, financialization.

1. INTRODUÇÃO

A partir do final de Segunda Guerra Mundial uma série de acordos regionais começaram a ser discutidos, com o objetivo de ampliar a cooperação e a integração entre os países, tanto sob o

aspecto econômico, social e político. Além da necessidade de reconstrução da Europa, este movimento iniciou na região principalmente pelo fato das duas Grandes Guerras terem eclodido em seu território e foi gerada em função de conflitos econômicos e políticos.

Na medida em que as discussões começam a avançar no território europeu, aliado as discussões do Acordo Geral das Tarifas de Comércio – GATT, que foi criado com o objetivo de retomar o comércio internacional depois do final da guerra, promoveu a alavancagem destes processos em todas as regiões do planeta. Esse movimento de promover a integração e a cooperação socioeconômica que ocorreu a partir do pós-guerra representa o primeiro grande movimento da expansão de acordos regionais e num segundo momento, no período pós-guerra fria, caracterizado pela expansão de acordos comerciais e pela formação de blocos econômicos regionais.

Analisando os principais blocos regionais como a União Europeia, Mercado Comum do Sul - Mercosul, Tratado Norte Americano de Livre Comércio - NAFTA, Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, etc., pode-se verificar que em termos quantitativos, eles representam quase a totalidade do produto interno bruto - PIB mundial, uma vez que estão formados pelas principais economias: Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Japão, Itália, China, Brasil, seja pela dimensão de seu próprio mercado ou pelas alianças estratégicas que as empresas multinacionais e o próprios Estados Nacionais realizam, constituem fatores de atração para o surgimento e expansão de novos acordos, o que mostra a relevância do tema no cenário econômico atual.

O presente artigo tem como objetivo discutir os principais modelos de integração regional, tanto os propostos durante os anos 1960 como também os modelos propostos a partir dos anos 1980, com o final da Guerra Fria, alicerçado pelos processos de globalização dos mercados.

Sendo assim, vamos analisar a composição dos principais blocos regionais, sua representatividade econômica regional e mundial e os desdobramentos de todos esses processos e seus reflexos.

2. SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DOS BLOCOS REGIONAIS

Segundo CELLI Jr. (2006) o conceito de integração possui uma perspectiva dinâmica, relacionado a um contexto, vinculados a processos políticos, econômicos e sociais. A sua complexidade está relacionada pelo fato de que não pode ser visto apenas sob um ponto de vista, seja ele jurídico ou econômico, uma vez que os Estados envolvidos precisam negociar o formato, a abrangência dos mesmos, ou seja, precisa de vontade política por parte dos países envolvidos.

De acordo com o padrão de aprofundamento das relações, pode-se distinguir entre integração e cooperação. Sob o ponto de vista da integração, um bloco regional de integração possui objetivos ambiciosos que implicam a unificação, a uniformização e harmonização de políticas comerciais, econômicas e monetárias, com a delegação de parcelas significativas de soberania para instituições de caráter supranacional, enquanto o bloco regional de cooperação tem metas mais modestas, cuja implantação não implica na perda parcial ou total da soberania, apenas cria mecanismos de cooperação, como a redução da barreiras alfandegárias, por exemplo (CELLI Jr., 2006).

Apesar de constituir um fenômeno complexo, caracterizado por uma grande variedade de modelos e fenômenos, de uma forma geral, a visão econômica, costuma definir a amplitude e a profundidade do contorno institucional do bloco. Os diferentes níveis de integração são determinados a partir dos objetivos comerciais e econômicos pré-estabelecidos.

Bhagwati (1993, Apud. OLIVEIRA, 2012, pág.12) “analisa a história dos acordos regionais distinguindo duas fases de regionalismo. A primeira, ocorrida do imediato pós-Segunda Guerra até a década de 1960, marcado por numerosas tentativas de formação de acordos regionais tanto entre países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, a segunda onda, que iniciou no final dos anos 1970, passando... ..pelos 1980 e seguindo pelos 1990, teria os Estados Unidos como o ator principal e se caracterizaria pela persistência considerável dos atores na consecução e aprofundamento do regionalismo”.

Segundo Oliveira, (2012) pode-se agora falar numa terceira fase, que marca o final dos anos 1990 e a primeira década do século XXI, formatada pela pulverização de acordos com a criação de regras e mecanismos de integração que vão além da própria regulação presente no regime multilateral de comércio.

Desde o fim da Segunda Guerra, muitos países, desenvolvidos e em desenvolvimento, buscaram nos acordos regionais um meio de ampliação de sua influência e poder de barganha em negociações ou de integração de estruturas produtivas e comerciais no quadro de seus processos de desenvolvimento, ou mesmo por questões estratégicas relacionadas à segurança nacional e/ou regional.

As décadas de 1960 e 1970 marcaram o primeiro *boom* na realização de acordos regionais no mundo. Neste período, identificado por Bhagwati (1993) como a primeira onda de acordos regionais, foram observadas variadas tentativas de integração. Fundamentados no Artigo XXIV do GATT 1947, os acordos visavam à formação de áreas de livre-comércio ou de uniões aduaneiras, que para muitos países se enquadravam em suas estratégias de desenvolvimento econômico, garantindo mercados mais amplos. Neste sentido, a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960, durante o processo de industrialização da América Latina, é exemplo (CELLI Jr., 2006; OLIVEIRA, 2012).

Como muitos dos processos de regionalismo da época, a ALALC não alcançou os resultados esperados. Vale lembrar que esta primeira onda de acordos regionais tinha foco fundamentalmente na redução de tarifas ao comércio de bens, assim como observado nas negociações multilaterais de então.

Uma segunda onda de regionalismo surge no final dos anos 1970, passando pelos 1980 e seguindo pela primeira metade dos anos 1990. Os Estados Unidos são aqui observados como ator proeminente. Com problemas na balança comercial, marcado por crescentes déficits com a Europa e o Japão, os Estados Unidos embarcaram na onda do regionalismo e iniciaram tratativas a fim de assinar acordos regionais com alguns de seus parceiros.

O neoprotecionismo que caracterizou a época tinha efeitos sobre a agenda de negociações tanto em âmbito multilateral quanto regional. A própria América Latina, no início dos anos 1980, reformula sua integração com a criação da Aladi, o Mercosul é constituído em 1991 e diversos outros esquemas de integração surgem entre países em desenvolvimento e mesmo entre desenvolvidos e em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2012).

Na segunda fase de expansão dos acordos regionais, o conceito de comércio já começa a se alargar e as temáticas em negociação passam a abranger restrições quantitativas, *antidumping* e defesa comercial, chegando a serviços, propriedade intelectual e investimentos, compras governamentais etc. Em temas para os quais não havia regras multilaterais, os acordos regionais desenvolveram regras próprias, criando novas barreiras ao comércio. Também neste período, o efeito onda, caracterizado pelo incentivo de um país em negociar novos acordos regionais à medida que outros o fazem foi potencializado pela mudança nas estratégias negociadoras dos Estados Unidos e reforçou a constituição de um ambiente favorável a arranjos militares mundo afora em detrimento da lógica de negociação no regime multilateral de comércio (BHAGWATI, 1991, apud OLIVEIRA, 2012, pág. 13).

2.1 CLASSIFICAÇÃO DOS BLOCOS REGIONAIS

O significado do termo regionalismo, refere-se aos processos políticos de coordenação e cooperação entre países, independentemente de sua localização geográfica, que resultam na criação de acordos preferenciais, acordos de livre-comércio, uniões aduaneiras, abrangendo também processos de integração mais profundos, sejam bilaterais, trilaterais ou plurilaterais. Coloca-se assim foco na integração econômica, sem desconsiderar, contudo, os vetores políticos que impulsionam o regionalismo em momentos diversos. Balassa (1961, apud CELLI Jr. 2006) apresenta uma tipologia da integração econômica, consolidada e amplamente aceita e em uso nos estudos da área.

Configurando os distintos tipos de integração segundo o grau de eliminação de formas de discriminação econômica entre países, o autor apresenta a seguinte tipologia, em ordem crescente de remoção de barreiras à integração econômica: área de livre-comércio; união aduaneira; mercado comum; união econômica e integração econômica total. Posteriormente,

integrou-se um tipo de acordo de abrangência e profundidade inferior à área de livre comércio, o acordo preferencial de comércio.

Cabe frisar que para Balassa (1961, apud CELLI Jr. 2006) só haveria integração de fato com a eliminação de barreiras ao comércio, sua mera redução caracterizaria um processo cooperativo apenas. O quadro 1 sintetiza as características de cada um dos tipos apresentados.

Embora a proximidade física possibilita uma série de acordos regionais, Hurrel (1995) apresenta cinco variedades sobre Regionalismo: Regionalização – que diz respeito ao crescimento da integração da sociedade em uma região e aos processos muitas vezes não dirigidos de interação social e econômica; Consciência e Identidade Regionais – a consciência regional e a percepção compartilhada de pertencer a uma determinada comunidade podem apoiar-se em fatores internos, muitas vezes definidos em termos de cultura, história e tradições religiosas comuns; Cooperação Regional entre Estados – a cooperação pode ser formal ou informal apresentando uma ampla variedade de propósitos; Integração Econômica Regional Promovida Pelo Estado – a integração regional envolve decisões específicas de políticas por parte dos governos, destinadas a reduzir ou remover barreiras ao intercâmbio mútuo de bens, serviços, capital e pessoas; Coesão Regional – este último conceito diz respeito à possibilidade de que, em algum momento, a combinação dos primeiros quatro processos descritos desemboque no surgimento de uma unidade regional coesa e consolidada.

Verificamos através da tabela abaixo, que a maioria das experiências realizadas refletem arranjos comerciais, através da redução tarifária para os países ou regiões específicas estabeleceram como foi feito nos acordos preferenciais (Aladi, GSTP, Mercosul - Índia), mantendo esta premissa de redução tarifária e também incrementando a adoção de tarifas externas comuns para produtos oriundos países não integrantes do bloco (Nafta, EFTA, Mercosul), como na união aduaneira.

Quadro 1 - Tipologia da integração econômica

Tipo	Características	Exemplos
Acordo Preferencial de Comércio	Redução ou eliminação de tarifas e restrições quantitativas um grupo de produtos entre os países signatários do acordo.	Aladi; Mercosul-Índia; GSTP etc.
Área de Livre-comércio	Eliminação de tarifas e restrições quantitativas a todos, ou quase	Nafta; EFTA etc.

	todos, os produtos com origem nos países da área, com adoção de tarifas externas de cada país a terceiros países.	
União Aduaneira	Liberalização do comércio entre os países que fazem parte do acordo e adoção de uma tarifa externa comum. Implica na harmonização de políticas econômicas (cambial, fiscal e monetária), a estruturação de uma autoridade aduaneira regional e a definição de regras de repartição de impostos aduaneiros.	Mercosul; Sacu etc.
Mercado Comum	Trata-se de uma união aduaneira com liberalização do movimento de fatores de produção (capitais e pessoas). Exige um nível ampliado de harmonização de políticas econômicas, inclusive no campo social e de previdência.	Comunidades Europeias (antes da UE)
União Econômica	Caracteriza-se como um Mercado Comum com harmonização muito avançada de políticas econômicas e estruturação de uma moeda única.	UE
Integração Econômica Total	Unificação de políticas econômicas com moeda única e autoridade supranacional.	UE

Fonte: Oliveira (2012, pág. 9) - Elaborada com base em Balassa (1961).

Obs.: 1 Associação Latino-Americana de Integração (Aladi); Mercado Comum do Sul (Mercosul); aduaneira da África Austral (Sacu, em inglês); Sistema Global de Preferências Comerciais (GSTP, em inglês); Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, em inglês); Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, em inglês); União Europeia (UE).

O Mercosul, embora em sua constituição previa um maior grau de harmonização entre os países membros, não conseguiu eliminar todos os conflitos existentes e transita numa situação intermediária entre uma região aduaneira e um mercado comum.

A União Europeia, que em função das duas guerras mundiais terem eclodido em seu território, já a partir dos anos 1950, começou a costurar acordos de integração e cooperação comercial, econômico, etc., com vistas a evitar que novos conflitos econômicos resultassem em conflitos militares. Dessa forma, as negociações evoluíram por todos os estágios citados, zona preferencial de comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração total, com a adoção do Euro como moeda padrão.

Embora a manutenção de políticas e da moeda comum tenha trazido muitos questionamentos, sobretudo na crise financeira internacional que iniciou em 2008, que acarretou em grandes aportes de recursos por parte da França e da Alemanha para manter a unificação e estancar sérias crises financeiras como na Grécia, observa-se nos indicadores econômicos que a maioria das operações de importação e exportação de todos os países são realizadas entre os

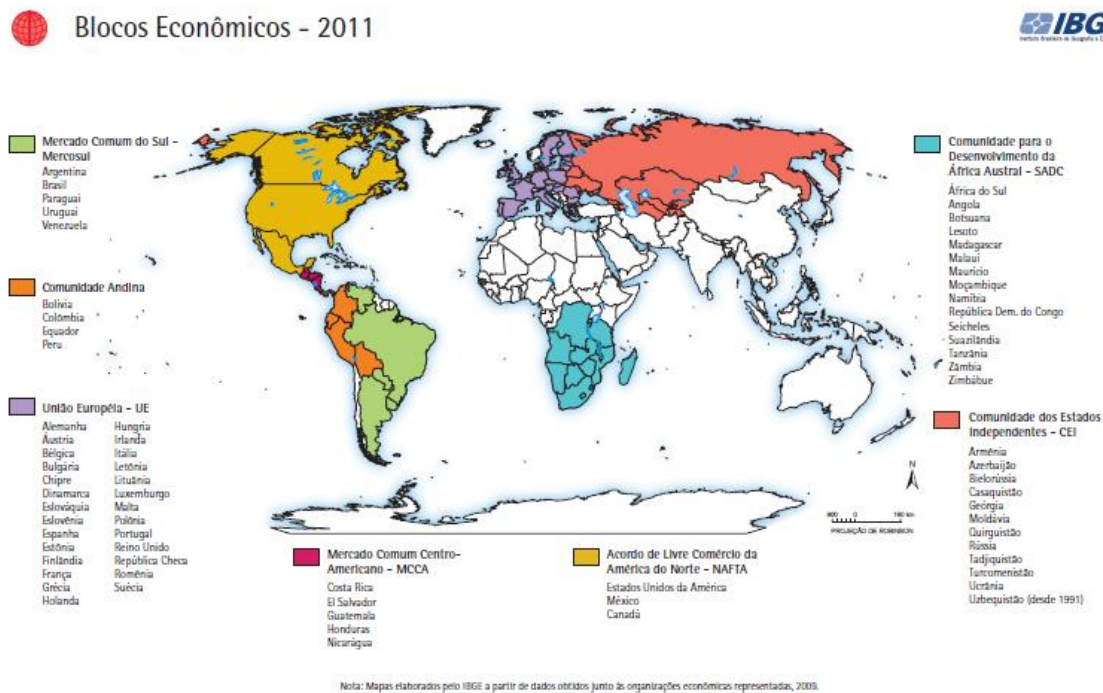
países integrantes do bloco, o que corrobora os esforços de manutenção do mesmo (MIYAZAKI & SANTOS, 2013).

A China absorveu grande parte da terceirização das multinacionais na última década, responsável por sua rápida evolução nas exportações e no cenário internacional e vem transformando a face econômica do leste asiático. O progresso chinês não só ocupou o vazio deixado pelos EUA e Japão na região, como ampliou a integração com a Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan. Mesmo sem ter um arranjo institucional formal, a abertura da China para o capital externo, estabeleceu uma nova dinâmica econômica, muitas firmas dedicadas a produção e o comércio, buscando seus próprios interesses, criou uma poderosa rede transfronteiriça, associada a fatores regionais e globais, abrindo espaço para a expansão de uma série de empresas locais (OLIVEIRA, 2004).

Em termos de políticas comerciais, O Leste Asiático está desenvolvendo uma abordagem múltipla em que as negociações bilaterais e globais estão sendo desenvolvidas paralelamente. O estabelecimento de uma área comercial entre a China, o Japão e a Coreia do Sul são mais difíceis de se concretizar, não só pela oposição de setores contra uma liberalização comercial, mas também pelas diferenças históricas ainda pendentes. Existe a possibilidade do estabelecimento de áreas comerciais Asean-China, Asean-Coreia do Sul, que impulsionaria ainda mais a região e abre espaço para outros acordos bilaterais (MIYAZAKI, 2004).

Na figura abaixo, temos uma ideia sobre a difusão dos blocos regionais entre os principais países. Motivados em alavancar as respectivas economias através das economias de escala, facilidade de acesso a outros mercados, seguir um país líder na região, fortalecimento político e até militar em alguns casos, o fato é que a maioria dos países participam de um ou até mais blocos regionais, além dos acordos individuais visando a redução tarifária e a expansão do comércio.

Figura 1 – Blocos Econômicos



Fonte: IBGE, base 2011.

Estão representados os principais blocos econômicos, o Nafta, formado pelos Estados Unidos, Canadá e México, a União europeia que ao longo do tempo foi ampliando o número de países participantes do bloco, e o Mercosul, que é formado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, agregando depois a Venezuela e o Chile, a Comunidade dos Estados independentes-CEI, formado pelos antigos países socialistas, Comunidade Independente da África Austral – SADC, caracterizado por uma grande diversidade de minérios e pedras preciosas que movimentam a economia regional.

Assim como na Guerra Fria, tínhamos a liderança dos Estados Unidos e da ex-União Soviética, que se fragmentou em vários países, inclusive a atual Rússia, em torno das grandes economias formaram-se os principais blocos econômicos, mais representativos em termos de população, mercado interno, tecnologia e renda, serviu também como forma de se fortalecer no novo cenário internacional, marcado pela redução do papel do Estado, fortalecimento das agências internacionais e de uma perspectiva mais liberal dos negócios.

Quadro 2 – Principais Blocos econômicos e Países com base no PIB

BLOCOS	PIB
NAFTA	20.644,
UNIÃO EUROPEIA	16.500,
MERCOSUL	3.500,
ASEAN	2.400,
SAARC	998,
AFRICA AUSTRAL	650,
PAISES	PIB
USA	17.947,
CHINA	10.983,
JAPÃO	4.123,
ALEMANHA	3.358,
REINO UNIDO	2.849,
FRANÇA	2.422,
Fonte: FMI 2015 (valores em trilhões de US\$)	

De acordo com os dados acima, o somatório do produto interno bruto do Nafta e da União Europeia é muito superior aos outros blocos econômicos, justamente porque concentram as principais potências mundiais, criando um dinamismo próprio. Diante do foi exposto, torna-se fundamental a adesão dos países aos diversos formatos de cooperação e integração local / regional, embora as possibilidades de desenvolvimento sejam potencializadas, as exigências os esforços no sentido de qualificação, avanço tecnológico, otimização dos processos para fortalecer a competitividade são premissas fundamentais sem os quais não é possível integrar-se positivamente nesses movimentos.

2.2 IMPACTOS DA EXPANSÃO DOS BLOCOS REGIONAIS

O cenário atual, caracterizado pela ampliação e integração dos mercados, desencadeou um processo de formação de alianças estratégicas entre países e empresas visando adaptarem-se ao novo fluxo comercial e financeiro, acentuou a busca por novas tecnologias que pudessem gerar um diferencial e consequentemente obter uma maior fatia de mercado.

A expansão do comércio internacional e a busca de ganhos de competitividade ampliou o processo concorrencial, acelerou a difusão de novas tecnologias e o aprofundamento da concorrência, mudando o perfil da sociedade capitalista, de economia industrial para economia do conhecimento.

Este novo modelo é fundamentado pela internacionalização das economias, pela ampliação do fluxo comercial e de capital e a maior integração dos mercados, forte inovação tecnológica, melhoria contínua dos produtos / processos, pressão pela redução de custos e ampliação das margens de lucro. Apesar das promessas de que integração dos países aos processos globalizantes proporcionaria inserção dos mesmos nos fluxos de investimento, produção, incremento de renda e consumo, o que observa na prática é justamente o aprofundamento das diferenças já existentes, em termos econômicos e sociais.

Fatores tradicionais de produção como terra e mão-de-obra deixavam de ser considerados estratégicos para a realidade emergente. Peter Drucker, em meados dos anos 1980, argumentava que entre os aspectos que caracterizavam essa nova economia destacavam-se alguns “desacoplamentos”, gerando consequências para o comércio, para as finanças e para a distribuição dos empregos no mundo (SATO, 2.000).

Entre esses desacoplamentos, três seriam especialmente relevantes para a explicação da perda de importância relativa dos fatores tipicamente de base territorial: a) a mão-de-obra como fator determinante dos custos de produção; b) o aumento da produção industrial havia se “desacoplado” das necessidades de matérias primas; c) os fluxos financeiros e o mercado de divisas deixaram de estar atrelados ao comércio internacional (SATO, 2.000). Essas mudanças seriam uma decorrência de mudanças tecnológicas que alteraram, em um curto espaço de tempo, os padrões de produção e de competitividade. Outra consequência inevitável foi o aumento da distância entre os países industrializados e as economias do Terceiro Mundo, que baseavam suas exportações em bens primários e produtos manufaturados de baixo valor agregado.

Esse fato significava que, em última instância, esses fluxos não dependiam do comércio, sendo mais plausível entender que, ao contrário, a movimentação de fundos passava a ter

capacidade de influenciar os mercados de bens e serviços internacionais. Desse modo, os principais centros financeiros do mundo, e não os países territorialmente bem divididos, cada vez mais, aumentavam seu poder de orientar os fluxos de comércio internacional (SATO, 2.000).

A década de 1980 pode ser considerada como uma sequência dos anos 1970 em relação aos fatores microeconômicos. No entanto, em relação aos fatores macroeconômicos, houveram mudanças substanciais, como a mudança da política econômica dos EUA, com o fim do keynesianismo e o início da hegemonia de políticas neoliberais.

Ao contrário do período de Bretton Woods, nos anos 1980 os EUA passaram a ser grandes absorvedores de recursos financeiros internacionais, e o Japão e a Alemanha, os principais supridores, o que funcionou como grande estímulo à globalização financeira. Houve, pode-se dizer, uma financeirização da dívida pública, através da emissão de títulos do tesouro americano e a aquisição destes por outros bancos centrais, que serve como último lastro deste processo (DATHEIN, 2005).

A globalização ou integração financeira caracteriza-se pela constituição de um mercado financeiro único no mundo, com transações muito acima do volume de comércio de bens e serviços ou de investimentos. Neste contexto, grande parte das operações corresponde a coberturas de risco e aplicações de curto prazo, com fins especulativos ou de arbitragens (DATHEIN, 2005).

Com a globalização financeira e a não existência de um novo acordo monetário internacional, a especulação com o câmbio pode tomar a relação deste com a situação produtiva de um país bastante restrita. Existe uma crescente influência e até dominância de fatores financeiros na determinação das taxas de câmbio, distanciando-se, assim, dos fundamentos econômicos. Os grandes grupos empresariais internacionais estariam funcionando com estruturas de ativos indiferenciados, ampliando a diversificação internacional de *portfolios*. Estaria ocorrendo, assim, um processo que poderia ser qualificado como de financeirização da riqueza, em que uma lógica financeira, e não produtiva, é que determinaria a dinâmica econômica. Desta forma, o capitalismo assumiria estruturalmente uma função especulativa paralelamente à

produtiva, não podendo mais ser feita a separação de Keynes entre produção e rentismo (DATHEIN, 2005).

Temos então um paradoxo: os acordos comerciais proporcionados pelos processos de cooperação e regionalização estreita os laços entre os países, possibilita a ampliação dos respectivos mercados através do fluxo comercial, no entanto, fatores produtivos como terra e mão de obra abundante perdem relevância com o avanço da tecnologia, pois estes agregam mais valor às mercadorias e expandem sua aplicabilidade rapidamente. Com a desregulamentação do mercado financeiro, os fluxos de capital ganham mais importância na determinação da dinâmica econômica e de investimentos, e na busca de alternativas para a sua valorização, a criação de títulos (derivativos), o financiamento da dívida pública das principais economias via emissão de títulos, faz com que a financeirização sobreponha-se a dinâmica produtiva.

Outro aspecto importante é que mesmo com a maior integração entre as economias, não ocorre a transferência de tecnologia entre os países, de forma que as diferenças pré-existentes entre desenvolvidos e não desenvolvidos permanece inalterada, em alguns casos até ampliando o abismo entre eles, para aqueles que dependem de fatores de produção tradicionais como terra e mão de obra. Algumas exceções como a Coreia do Sul, que investiu significativamente na educação e no investimento em pesquisa e novas tecnologias conseguiram alavancar o seu processo de desenvolvimento, assim como a União Europeia que proporcionou uma integração de economias de pequeno porte, através dos mecanismos de proteção de seu mercado interno e de acordos preferenciais de comércio.

3. METODOLOGIA

O presente artigo constitui uma pesquisa exploratória, bibliográfica, elaborada através de pesquisa baseada em material já publicado, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, com o objetivo de discutir os principais arranjos institucionais realizados no cenário internacional, visando ampliar a cooperação e a integração econômica, social e política, seus reflexos e desafios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo destacamos a expansão da formação de arranjos institucionais que tinham como objetivo promover a cooperação a integração a níveis econômicos sociais e políticos dos países envolvidos. Basicamente tivemos dois grandes movimentos, no final dos anos 1960 e também no período posterior ao final da Guerra Fria.

Como as duas grandes guerras mundiais tiveram como estopim fatores econômicos e políticos, os países começam a refletir sobre a importância de estreitar laços e reduzir os conflitos existentes, como ocorreu nas discussões que levaram a formação da União Europeia. O Acordo de Breton Woods previu a criação de regras de incentivo ao comércio internacional através do GATT, que foi o alicerce para a formação dos primeiros arranjos comerciais.

O regionalismo, refere-se aos processos políticos de coordenação e cooperação entre países, independentemente de sua localização geográfica, que resultam na criação de acordos preferenciais, acordos de livre-comércio, uniões aduaneiras, abrangendo também processos de integração mais profundos, sejam bilaterais, trilaterais ou plurilaterais, como o NAFTA, União Europeia, Mercosul, SADC, CEI, ASEAN, etc,

A própria dinâmica capitalista impõe a busca de novos mercados, novos produtos e aplicações, reforçando a busca de parcerias para se fortalecerem diante da concorrência internacional. Como toda situação, essa dinâmica oferece oportunidades, desafios e riscos, na medida em que não se criem as condições básicas para a participação integração.

De acordo com os dados apresentados, pode-se verificar que as principais economias possuem destaque na formação dos blocos regionais, seja pelo porte de seu mercado interno, pelas oportunidades de parcerias de investimento, produção, distribuição, e também pelo poder de negociação e determinar os rumos da economia internacional.

O fim da Guerra Fria reforçou a liderança norte americana em propor e/ou estabelecer acordos comerciais, produtivos e financeiros que sejam compatíveis com a sua percepção de mundo. A própria desregulamentação dos mercados financeiros fragilizou o controle sobre o capital e de alguma forma descolou o capital da produção, com a criação de títulos lastreados em produtos e mercadorias e aliado ao avanço na área de sistemas facilita a aplicação de recursos em bolsas de valores de todo o mundo, fazendo que o aspecto financeiro seja mais valorizado

que a produção de bens e serviços, ou seja, a especulação se sobrepõe a geração de bens e ativos reais, inclusive com o desencadeamento da Crise Financeira de 2009, com reflexos observados até hoje em função do elevado endividamento dos Estados Nacionais para tentar minimizar os impactos da crise.

REFERÊNCIAS

AMARAL Jr., Alberto do & SANCHEZ, Michelle Ratton (orgs.), **Relações Sul-Sul: Países da Ásia e o Brasil**, São Paulo, aduaneiras, 2004.

CELLI Jr., Umberto, MERCADANTE, Araminta de Azevedo; ARAÚJO, Leandro R.,(Orgs.), **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**, Curitiba: Juruá, 2006.

DATHEIN, Ricardo, **Sistema Monetário Internacional e Globalização Financeira nos Sessenta Anos de Bretton Woods**, Revista Soc. bras. Economia Política. Rio de Janeiro, nº 16, p. 51-73, junho 2005.

HURRELL, Andrew. **O ressurgimento do regionalismo na política mundial. In: Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: volume 17, no. 1, jan-jul/1995, pp. 23-59.

MIYAZAKI, SILVIO Y.M. & SANTOS, ANTONIO C.A. dos, (orgs), **Integração Econômica Regional**, Editora Saraiva, 2013.

MIYAZAKI, SILVIO Y.M., **Relações Sul-Sul: países da Ásia e o Brasil: Uma visão abrangente de Integração Econômica no Pacífico Asiático**, São Paulo, aduaneiras, 2004.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **O regionalismo no século XXI: Comércio, regulação e política, Texto para Discussão nº 1709**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

OLIVEIRA, Amaury Porto de **Relações Sul-Sul: países da Ásia e o Brasil, Formação de uma Economia Regional no Leste Asiático**, São Paulo, aduaneiras, 2004.

SATO, Eiiti, **A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções**, RBPI, Vol. 43, Nº1, págs. 138-169. Brasília, 2000.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WALDIMAN, Mauricio, **Blocos Regionais Africanos: compilação estatística essencial, ano base 2010**, Editora Kotev, 2016

ZARTMAN, William & TOUVAL, Saadia, **International Cooperation: the extents and limits of multilateralism**, Cambridge University Press, 2010.